CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1510/87 (DRESJRP N° 2211/87)

INTERESSADA : Jocimara Cristina Telles

ASSUNTO : Recurso de Aluno Retido em Educação Física

RELATOR : Cons° Francisco Aparecido Cordão

PARECER CEE N° 1638 /87

APROVADO EM 04/11/87

CONSELHO PLENO

1. HISTÓRICO:

1. Em 12/12/86, Gerson Elias Jorge, progenitor de Jocimara Cristina Telles, dirigiu-se à direção da EESG "Alberto Andalo", de São José do Rio Prato, a fim de solicitar fossem "abonadas" as faltas computadas à sua filha, em Educação Física, pois que a mesma, portadora de moléstia cardíaca, estava impossibilitada de práticas de atividades esportivas. Alegava, ainda, que o atestado providenciado na época oportuna havia sido extraviado e que só agora o encaminhava (fls. 2 e 3 do apenso).

2. O protocolado apenso apresenta as seguintes peças:

2.1 declaração assinada pela aluna a seu progenitor, em 09/05/86, de que estão cientes de que a frequência mínima para aprovação na série é de 75% às aulas de Educação Física, fls. 04;

2.2 ficha individual da aluna, que aponta 58% de frequência no componente em questão - fls. 05;

2.3 parecer emitido pela direção da escola, de cujo teor extraímos:

" a) a aluna frequentou a 2ª série da Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério, no ano letivo de 1986;

b) através de exame clínico realizado na escola, a aluna foi considerada apta à prática de Educação Física;

c) a aluna não logrou aprovação na série, por não apresentar frequência mínima obrigatória em Educação Física;

d) em 11/12/86, o pai da aluna apresentou atestado médico que declara a impossibilidade "da prática de exercícios físicos, no ano de 1986 - aliás, atestado nitidamente rasurado em sua data, o que leva esta direção a considerá-lo "EXTEMPORÂNEO TAL DOCUMENTO NÃO AUTORIZA A CONSIDERÁ-LO EFICAZ PARA REGULARIZAR A SITUAÇÃO DA INTERESSADA".
(grifo nosso)

2.4 despacho da DE de São José do Rio Preto, através de seu Delegado de Ensino, homologando a decisão do Diretor da escola, em 18/12/86 - fls. 7v;

2.5 requerimento do pai da aluna dirigido à DE de São José do Rio Preto, expondo e requerendo, em síntese, o seguinte:

" a) a rasura, não foi feita com intenção de má fé, haja vista o novo atestado, com a mesma data, fornecido pelo mesmo médico;

b) exames realizados pelo Dr. Irmo Basci (Clínica cardiológica) apontam os mesmos problemas, conforme atestado (fls. 09);

c) que poderá o Dr. Cássio da Silva Melo, médico da escola, proceder aos exames na aluna;

d) à vista do exposto, solicitara reconsideração pedido (fls.08)";

2.6 despacho da DZE/3JRP solicitando reconsideração do Dr. Cássio o reunião do Conselho de Classe - fls. 11;

2.7 declaração do Dr. Cássio da Silva Melo de que não tem nada a opor contra o diagnóstico do cardiologista, mas sugerindo fosse datado o documento fornecido pelo Dr. Irmo Bassi Júnior - fls. 12;

2.8 cópia da Ata de Reunião do Conselho de Série e Classe, da qual extraímos o seguinte:

"1. Quanto à matéria objeto de recurso, trazida a conhecimento para este Conselho, não há entendimento de ser apreciação resolutive da sua parte, porque restringe-se a cumprimento da legislação em vigor, única e exclusiva competência do Diretor da Escola (artigo 7, inciso IV);

2. No entanto, o Conselho decide:

A - opinar pela homologação do Parecer do Sr. Diretor, exarado no recurso interposto ao nível de Escola;

B - sugerir que o Sr. Diretor remeta, novamente, expediente a caminho dos órgãos competentes - fls.15."

2.9 Informação da direção da escola sobre o posicionamento do Conselho de Classe e de seu próprio posicionamento no sentido de manter a decisão anterior, apesar de considerar os novos documentos válidos mas não eficazes para regularizar a vida escolar da aluna - fls.16

2.10 despacho da DE encaminhado o protocolado à apreciação da Supervisão da DE - fls.16v;

2.11 relatório circunstanciado da Supervisora de Ensino, que após visitar a escola, descrevo o que encontrou:

" a) nos registros de Atas do Conselho de Classe e de Reuniões Pedagógicas:

a.1.) consta o nome da aluna, em reunião realizada em 07/05/86, que trata de alunos que obtiveram menções inferiores a "C";

a.2) em reunião realizada em 10/07/86, foi apontada a referida aluna como um dos casos de compensação de ausência a aproveitamento escolar insuficiente em L.P.D.B.;

a.3) em reunião de 25/10/86, o nome da aluna está registrado nos casos de alunos com aproveitamento insuficiente a Matemática;

a.4) em outra reunião de outubro, a titular de Educação Física aborda a questão da obrigatoriedade da frequência, citando entre alguns, o nome da aluna em questão. "Os professores concordaram com a postura" assumida pela professora, em atribuir faltas às alunas";

a.5) constatou que o médico responsável pelos exames realizados nos dias 3 e 7 de março considerou a aluna "apta";

a.6) em reunião realizada em 15/12/86, o Conselho de Classe considerou a "aluna em tela retida, sem direito a estudos de recuperação em Matemática por não cumprimento da frequência mínima exigida "(artigo 87 - item II, do R.C.EESG);

2.12 requerimento dirigido ao Sr. Diretor da DRE/SJRP pelo pai da aluna, com o objetivo de juntar outros documentos ao protocolado - fls. 23;

2.13 declaração do Diretor da unidade, esclarecendo, na primeira, que as presenças computadas à aluna no componente curricular em questão são conseqüências de suspensão de aulas, pelos motivos que expõe e não porque a aluna estivesse presente (fls. 24) a na 2ª, atestando boa conduta - fls. 25;

2.14- Parecer da Sra. Supervisora, considerando o fato de que tanto a aluna como seu pai, apesar de terem ciência das exigências quanto à frequência, não apresentaram o documento hábil no ato da matrícula, conforme disposto no parágrafo único do artigo 13 da Resolução 11/80, o que inviabilizou a escola tomar as providências necessárias e ainda que o assunto foge a normalidade, sugerindo, em conseqüência, o encaminhamento do protocolado a consideração dos órgãos competentes fls. 19/21;

2.15 parecer da A.I. da DRE/SJRP, no qual são levantados alguns questionamentos e algumas hipóteses e afirmações concluindo, entretanto, pelo encaminhamento ao protocolado a a -jireciação deste Colegiada, através da CEI. Este órgão, analisando o protocolado, entendeu devesse o mesmo ser devolvido à DE , pois a ela havia sido dirigido o recurso e, mesmo assim, não dera, ciência ao interessado sobre o parecer conclusivo-fls.26/30;

2.16 manifestação da DE esclarecendo o seu entendimento à respeito do despacho exarado pela CEI e em seguida restituindo o protocolado a U.E para ciência do requerente e, a seu critério, ao CEE - fls. 32;

2.17 requerimento, de 05/08/87, dirigido pelo interessado a este Colegiada, solicitando as providências necessárias - fls. 35;

2. APRECIÇÃO:

1. Trata-se de recurso dirigido a este Colegiado, no sentido de serem, mediante atestado médico, "abonadas" as faltas computadas em Educação Física, a Jocimara Cristina Telles, aluna regularmente matriculada na 2ª série da Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério, da EESG "Alberto Andaló" de São José do Rio Preto, em 1986.

2. Conforme se verifica no protocolado, o atestado médico foi apresentado à escola com a data visivelmente rasurada, em meados de dezembro. Note-se que, em reunião de Conselho de Classe realizado em 15/12, a aluna já havia sido considerada sem direito a recuperação em Matemática por não apresentar frequência mínima obrigatória em Educação Física.

3. A Assistência Técnica deste Colegiado estendeu, ser necessário entrar em contato com a escola, a fim de inteirar-se de alguns pontos que lhe pareceram obscuros e obteve as seguintes informações:

3.1 a aluna cursa, neste ano letivo, a 2ª série, na qual foi considerada retida, em 1986 ;

3.2 a aluna foi matriculada em 1986, por transferência, e dos documentos expedidos pela escola de origem, consta apenas como dispensada de Educação Física;

3.3 sobre os atestados que afirmaram estar a aluna impossibilitada da prática de atividades esportivas, desde 1984, conforme declaração do progenitor às fls. 08, a escola solicitou, apresentação dos mesmos, várias vezes, e não lhe foram fornecidas cópias;

3.4. sobre as providências assumidas pela escola, a partir das reuniões do Conselho de Classe e Pedagógica que se realizaram, nos quais foram levantadas as faltas da aluna no componente Educação Física, a escola afirmou haver entrado em contato, várias vezes, com a aluna e com seu pai, sem que fosse atendida em suas solicitações, seja vista a declaração assinada pela aluna e por seu pai em 09/05/86 (anexada às fls.04).

4. Ainda conforme solicitação da Assessoria Técnica deste CEE, foram encaminhadas a este Colegiado manifestação sobre a situação da aluna e ficha individual, juntadas no processo CEE às fls.35/37.

5. No Ofício n° 39/87, o Sr. Diretor da unidade em questão coloca, entre outras coisas, que durante o ano de 1986, por várias vezes, conversou com a aluna e seu pai sobre suas faltas e consequências.

6. Em que pese o posicionamento favorável que este Colegiado tem assumido frente à recursos semelhantes, através dos Pareceres n°s 1648/84, 687/86 e outros, há que se considerar que, em todos eles, este Colegiado observou que os interessados haviam obtido aproveitamento suficiente em todas as disciplinas, o que não ocorreu com a aluna em questão.

7. Mas o principal a se considerar neste caso, lamentavelmente, é o tempo decorrido, bem como estar a aluna matriculada e freqüentando, neste ano todo, a série em que ficou retida em 1986, lamentando principalmente a demora na tramitação do protocolado, que só foi distribuído a este Conselheiro para relatar em 23/09/87, só nos resta à esta altura do ano letivo, a seguinte conclusão:

3. CONCLUSÃO

À vista do exposto, nos termos deste Parecer, toma-se conhecimento do recurso interposto pelo progenitor de Jocimara Cristina Telles, retida em Educação Física no ano de 1986, na EESG "Alberto Andaló", de São José do Rio Preto; no mérito entretanto, nega-se-lhe provimento.

CEEG, aos 14 de outubro de 1987

a) Cons^o Francisco Aparecido Cordão

-Relator-

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 04 de novembro de 1987

a) Cons^o FRANCISCO APARECIDO CORDÃO

Vice-Presidente no exercício da Presidência